



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO - CCAE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUS IV - LITORAL NORTE**

Dauri Fernandes Lima

**IFRS 16 e Arrendamento Mercantil: estado da arte da produção científica no período de
2020 a 2025**

**Mamanguape – PB
2026**

Dauri Fernandes Lima

IFRS 16 e Arrendamento Mercantil: estado da arte da produção científica no período de 2020 a 2025

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.


Orientador: Prof. Dr. Luiz Marcelo M. do Amaral Carneiro Cabral

**Mamanguape – PB
2026**


Dauri Fernandes Lima

IFRS 16 e Arrendamento Mercantil: estado da arte da produção científica no período de 2020 a 2025


Esta Pesquisa de autoria de Dauri Fernandes Lima apresentada como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis foi julgado adequado e aprovado pela Banca Examinadora designada pela Comissão de Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba – Campus IV, abaixo assinada:

Documento assinado digitalmente
 LUIZ MARCELO MARTINS DO AMARAL CARNEIRI
Data: 13/04/2026 20:19:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Marcelo M. do Amaral Carneiro Cabral
Orientador
Presidente

Documento assinado digitalmente
 LUIZ GUSTAVO DE SENA BRANDAO PESSOA
Data: 13/04/2026 21:31:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Gustavo de Sena Brandao Pessoa
Ciências Contábeis – DCSA/UFPB
Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 JOAO MARCELO ALVES MACEDO
Data: 13/04/2026 20:39:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Marcelo Alves Macedo
Ciências Contábeis – DCSA/UFPB
Membro Interno

Mamanguape, 13 de abril de 2026.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	6
2 Fundamentação Teórica.....	7
2.2 Arrendamento Mercantil e a Norma IFRS 16	8
2.3 Impactos da IFRS 16 na Estrutura Patrimonial e nos Indicadores Financeiros das Empresas.....	10
3 Metodologia.....	12
3.1 Procedimento de seleção dos estudos	13
3.2 Técnicas de análise bibliométrica.....	13
3.3 Limitações metodológicas	13
4 Apresentação dos Resultados	13
5 Considerações finais	19
Referências	21

Resumo

A adoção das normas internacionais de contabilidade tem promovido transformações significativas na forma de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras das empresas em diferentes países. Nesse contexto, destaca-se a implementação da IFRS 16, norma internacional que trata da contabilização das operações de arrendamento mercantil e que passou a exigir o reconhecimento, pelas entidades arrendatárias, de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em suas demonstrações contábeis. O presente estudo tem como objetivo analisar o estado da arte das pesquisas científicas relacionadas aos impactos da IFRS 16 na contabilização das operações de arrendamento mercantil. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma investigação bibliométrica, caracterizada como pesquisa de natureza quantitativa e descritiva, baseada no levantamento e análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025. A coleta dos dados foi realizada por meio da plataforma *Google Acadêmico*, utilizando como critérios de busca as palavras-chave “IFRS 16”, “arrendamento mercantil” e “informações contábeis”. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos na pesquisa, foram selecionados 41 artigos científicos que compuseram a amostra final analisada. Os resultados da análise indicam que a maior parte das pesquisas se concentra na investigação dos impactos da IFRS 16 sobre indicadores econômico-financeiros das empresas, especialmente aqueles relacionados ao nível de endividamento, estrutura de capital, rentabilidade e liquidez. Verificou-se a presença de estudos voltados à análise do nível de evidenciação das operações de arrendamento nas demonstrações contábeis, bem como pesquisas que discutem os desafios enfrentados pelas organizações no processo de implementação da nova norma contábil. De modo geral, os resultados evidenciam que a IFRS 16 tem provocado mudanças relevantes na estrutura patrimonial das empresas e contribuído para o aumento da transparência das informações contábeis, fortalecendo o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade e ampliando a qualidade das informações disponibilizadas aos usuários das demonstrações financeiras.

Palavras-chave: IFRS 16; arrendamento mercantil; normas internacionais de contabilidade.

Abstract

The adoption of international accounting standards has led to significant changes in the preparation and disclosure of financial statements by companies across different countries. In this context, the implementation of IFRS 16 stands out, an international standard that addresses the accounting treatment of lease transactions and requires lessees to recognize right-of-use assets and lease liabilities in their financial statements. This study aims to analyze the state of the art of scientific research related to the impacts of IFRS 16 on the accounting of lease transactions. To achieve this objective, a bibliometric investigation was conducted, characterized as a quantitative and descriptive study, based on the survey and analysis of scientific articles published between 2020 and 2025. Data collection was carried out through the Google Scholar platform, using the keywords “IFRS 16,” “lease,” and “accounting information.” After applying the inclusion and exclusion criteria established in the research, 41 scientific articles were selected to compose the final sample analyzed. The results of the analysis indicate that most studies focus on investigating the impacts of IFRS 16 on companies’ economic and financial indicators, especially those related to leverage, capital structure, profitability, and liquidity. The presence of studies analyzing the level of disclosure of lease transactions in financial statements was also identified, as well as research discussing

the challenges faced by organizations in the process of implementing the new accounting standard. In general, the findings show that IFRS 16 has caused relevant changes in companies' financial structure and has contributed to increasing the transparency of accounting information, strengthening the convergence process with international accounting standards and improving the quality of information available to users of financial statements.

Keywords: IFRS 16; lease; international accounting standards.

1 Introdução

As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) constituem um conjunto de normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), cujo propósito central é promover a padronização, a comparabilidade e a transparência das informações financeiras em âmbito global. A adoção dessas normas representa um marco no processo de convergência contábil internacional, permitindo que as demonstrações financeiras sejam compreendidas de forma mais uniforme por diferentes usuários, como investidores, analistas e gestores (Niyama; Almeida, 2017).

Historicamente, a diversidade de práticas contábeis entre países implicava diferentes critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação para eventos econômicos semelhantes, dificultando a comparabilidade das informações financeiras. Nesse contexto, a harmonização promovida pelas IFRS contribuiu para reduzir tais assimetrias informacionais, fortalecendo a qualidade da informação contábil e favorecendo a tomada de decisão em mercados cada vez mais integrados (Zeff, 2012).

Entre as mudanças introduzidas no âmbito das normas internacionais, destaca-se a publicação da IFRS 16 – *Leases*, que substituiu a antiga IAS 17 e estabeleceu um novo modelo de contabilização para os contratos de arrendamento mercantil. A principal inovação da norma consiste na exigência de reconhecimento, pelas entidades arrendatárias, de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, eliminando, em grande medida, a distinção anteriormente existente entre arrendamentos operacionais e financeiros (IFRS FOUNDATION, 2016).

Essa mudança representa uma alteração substancial na forma de evidenciação das operações de arrendamento, uma vez que contratos anteriormente não reconhecidos no balanço patrimonial passam a impactar diretamente a estrutura patrimonial das empresas. Como consequência, diversos estudos têm apontado efeitos relevantes da adoção da IFRS 16 sobre indicadores econômico-financeiros, especialmente aqueles relacionados ao nível de endividamento, estrutura de capital e desempenho operacional (Matos; Murcia, 2021; Silva; Carmo, 2020).

Adicionalmente, a literatura (Silva Filho *et al* 2021; Matos; Murcia, 2021; Silva; Carmo, 2020) tem evidenciado que a implementação da norma também influencia a qualidade da informação contábil e o nível de transparência das demonstrações financeiras, ao reduzir práticas de financiamento fora do balanço (*off-balance sheet financing*).

No entanto, apesar do crescente número de estudos sobre o tema, observa-se que os resultados apresentados ainda são heterogêneos e, em alguns casos, divergentes, especialmente no que se refere à magnitude dos impactos nos indicadores financeiros e à interpretação desses efeitos pelos usuários da informação contábil.

Dessa forma, verifica-se que a produção científica sobre a IFRS 16 se encontra fragmentada, contemplando diferentes abordagens metodológicas, setores econômicos e variáveis de análise, sem, contudo, apresentar uma sistematização consolidada que permita compreender de forma integrada os avanços e limitações das pesquisas desenvolvidas até o momento.

Essa lacuna evidencia a necessidade de estudos que realizem uma análise estruturada da literatura, permitindo identificar tendências, convergências, divergências e oportunidades para futuras investigações. Nesse contexto, emerge a seguinte questão de pesquisa: **qual é o estado da arte da produção científica sobre os impactos da IFRS 16 na contabilização das operações de arrendamento mercantil?**

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar, de forma bibliométrica, a produção científica relacionada à IFRS 16, com foco nas pesquisas que investigam seus efeitos sobre a estrutura patrimonial, os indicadores econômico-financeiros e a qualidade da informação contábil. Adicionalmente, busca-se identificar lacunas na literatura existente, contribuindo para o direcionamento de futuras pesquisas na área.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma análise bibliométrica de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, a partir da base de dados Google Acadêmico, utilizando como descritores os termos “IFRS 16”, “arrendamento mercantil” e “informações contábeis”. A escolha desse recorte temporal justifica-se pelo fato de que esse período corresponde à fase posterior à adoção obrigatória da norma, quando seus efeitos passaram a ser mais amplamente investigados pela literatura acadêmica.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Qualidade da Informação Contábil e IFRS

A qualidade da informação contábil constitui um dos pilares fundamentais da contabilidade financeira, uma vez que está diretamente relacionada à utilidade das demonstrações contábeis para a tomada de decisão dos usuários. Nesse sentido, o *International Accounting Standards Board* estabelece, em sua Estrutura Conceitual, que a utilidade da informação contábil depende do atendimento às características qualitativas fundamentais de relevância e representação fidedigna, bem como às características de melhoria, como comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade (CPC, 2019; IFRS FOUNDATION, 2018).

A relevância refere-se à capacidade da informação de influenciar decisões econômicas, possuindo valor preditivo e/ou confirmatório, enquanto a representação fidedigna está associada à completude, neutralidade e ausência de erro material na representação dos fenômenos econômicos. Dessa forma, informações contábeis de alta qualidade devem refletir adequadamente a essência econômica das transações, permitindo que os usuários avaliem com maior precisão a posição patrimonial e o desempenho das entidades (CPC, 2019).

Nesse contexto, a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) insere-se como um mecanismo institucional voltado à melhoria da qualidade da informação contábil em nível global. Ao estabelecer um conjunto uniforme de normas baseadas em princípios, as IFRS buscam reduzir divergências entre práticas contábeis nacionais, promovendo maior comparabilidade e transparência das informações financeiras (Niyama; Silva, 2013; IFRS FOUNDATION, 2022).

Entretanto, a literatura acadêmica não é unânime em afirmar que a adoção das IFRS resulta, de forma automática, na melhoria da qualidade da informação contábil. Estudos internacionais, como os de Barth, Landsman e Lang (2008), indicam que empresas que adotam IFRS tendem a apresentar menor gerenciamento de resultados e maior relevância da informação contábil. Por outro lado, pesquisas como as de Ball (2006) destacam que os benefícios da adoção das normas internacionais dependem fortemente de fatores institucionais, como o nível de *enforcement*, a qualidade da governança corporativa e os incentivos econômicos dos gestores.

Essa perspectiva evidencia que a qualidade da informação contábil não está associada exclusivamente ao conjunto normativo adotado, mas também ao ambiente institucional em que as normas são aplicadas. Em países com sistemas legais mais robustos e maior fiscalização, os efeitos positivos das IFRS tendem a ser mais evidentes. Em contrapartida, em ambientes com menor rigor regulatório, a adoção das normas pode não produzir os mesmos resultados esperados (Ball, 2006; Barth; Landsman; Lang, 2008).

No contexto brasileiro, a convergência às IFRS, operacionalizada por meio dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, representou um avanço significativo na modernização da contabilidade. Estudos empíricos nacionais indicam que a adoção das normas internacionais contribuiu para o aumento da transparência e da comparabilidade das informações contábeis, além de favorecer a atração de investimentos estrangeiros (Corrêa et al., 2019; Silva; Nardi, 2018).

Contudo, mesmo no contexto brasileiro, os efeitos da adoção das IFRS apresentam variações, especialmente em função das características específicas das empresas, como estrutura de governança, nível de disclosure e incentivos gerenciais. Dessa forma, a análise da qualidade da informação contábil requer uma abordagem crítica, que considere não apenas os aspectos normativos, mas também os fatores econômicos e institucionais que influenciam a produção e a divulgação das informações contábeis (Iudícibus et al., 2020).

Nesse cenário, a IFRS 16 se destaca como um exemplo relevante de norma que busca aprimorar a qualidade da informação contábil ao exigir maior alinhamento entre a essência econômica das transações e sua representação contábil. Ao eliminar, em grande medida, a possibilidade de manutenção de contratos de arrendamento fora do balanço patrimonial, a norma contribui para reduzir práticas de financiamento não evidenciado, aumentando a transparência e a representação fidedigna das obrigações das entidades (IFRS FOUNDATION, 2016).

A capitalização dos contratos de arrendamento, ao reconhecer ativos de direito de uso e passivos correspondentes, permite que os usuários das demonstrações financeiras tenham uma visão mais completa da estrutura de financiamento das empresas. Esse avanço está diretamente relacionado às características qualitativas da informação contábil, especialmente à representação fidedigna e à comparabilidade, uma vez que reduz distorções anteriormente existentes entre empresas com diferentes estruturas contratuais (Kieso; Weygandt; Warfield, 2018).

Portanto, observa-se que a discussão sobre a qualidade da informação contábil no contexto das IFRS deve ser compreendida de forma ampla e crítica, considerando tanto os avanços proporcionados pelas normas internacionais quanto as limitações decorrentes de fatores institucionais.

Nesse sentido, a IFRS 16 representa um importante instrumento de aprimoramento da informação contábil, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de análises empíricas que investiguem seus efeitos reais sobre a transparência, a comparabilidade e a utilidade das demonstrações financeiras.

2.2 Arrendamento Mercantil e a Norma IFRS 16

O arrendamento mercantil, também denominado leasing, constitui uma relevante forma de financiamento utilizada pelas empresas para obtenção do direito de uso de ativos sem a necessidade de aquisição imediata. Por meio desse instrumento, as entidades podem acessar recursos produtivos, como imóveis, equipamentos e veículos, mediante pagamentos periódicos, o que contribui para maior flexibilidade financeira e otimização da estrutura de capital (Iudícibus et al., 2020; Marion, 2020).

A contabilização dessas operações era regulamentada pela IAS 17, norma que estabelecia a distinção entre arrendamentos financeiros e operacionais com base na transferência substancial dos riscos e benefícios associados à propriedade do ativo. Nesse modelo, arrendamentos classificados como operacionais não eram reconhecidos no balanço patrimonial das entidades arrendatárias, permanecendo como despesas ao longo do tempo. Tal tratamento foi amplamente criticado pela literatura, em razão da possibilidade de manutenção de obrigações relevantes fora do balanço (*off-balance sheet*), comprometendo a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras (Niyama; Silva, 2013; Barth et al., 2008).

Nesse contexto, o *International Accounting Standards Board* desenvolveu a IFRS 16, publicada em 2016, com o objetivo de aprimorar a representação contábil das operações de arrendamento. A norma introduziu um modelo único de reconhecimento para os arrendatários, baseado na contabilização de um ativo de direito de uso (*right-of-use asset*) e de um passivo de arrendamento (*lease liability*), refletindo de forma mais adequada a essência econômica dessas transações como uma forma de financiamento (IFRS FOUNDATION, 2016).

Do ponto de vista técnico, a mensuração inicial do passivo de arrendamento baseia-se no valor presente dos pagamentos futuros, descontados a uma taxa apropriada, geralmente a taxa implícita no contrato ou a taxa incremental de empréstimo do arrendatário. Esse aspecto introduz um elevado grau de julgamento na aplicação da norma, uma vez que a definição da taxa de desconto e do prazo do contrato pode influenciar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis (Kieso; Weygandt; Warfield, 2018).

A IFRS 16 prevê exceções relevantes, como a dispensa de reconhecimento para contratos de curto prazo e para arrendamentos de ativos de baixo valor. Embora tais exceções tenham sido concebidas para reduzir a complexidade operacional da norma, elas também podem limitar, em certa medida, a comparabilidade entre empresas, uma vez que envolvem julgamentos gerenciais na sua aplicação (IFRS FOUNDATION, 2016).

Sob a perspectiva dos efeitos econômicos, a adoção da IFRS 16 tem impactos diretos sobre a estrutura das demonstrações financeiras e sobre indicadores amplamente utilizados na análise de desempenho. A substituição das despesas operacionais de arrendamento por despesas de depreciação e encargos financeiros tende a elevar o EBITDA, ao mesmo tempo em que aumenta o nível de endividamento das empresas, alterando significativamente indicadores como alavancagem, retorno sobre ativos e liquidez (Beattie; Goodacre; Thomson, 2006; Imhoff; Lippman; Wright, 1991).

Entretanto, os efeitos da IFRS 16 não são uniformes entre empresas e setores. Estudos empíricos internacionais indicam que os impactos tendem a ser mais expressivos em setores intensivos em arrendamentos, como transporte aéreo, varejo e telecomunicações, nos quais a capitalização dos contratos pode alterar substancialmente a estrutura patrimonial e os indicadores financeiros (Fitzgerald et al., 2019; Morales-Díaz; Zamora-Ramírez, 2018).

Apesar dos avanços promovidos pela norma, a IFRS 16 também apresenta limitações e desafios relevantes. A necessidade de estimativas contábeis, como a definição do prazo do contrato e da taxa de desconto, pode introduzir subjetividade no processo de mensuração, abrindo espaço para diferentes interpretações e potenciais práticas de gerenciamento contábil. Além disso, a literatura aponta que a nova norma não elimina completamente os incentivos para estruturação contratual, uma vez que as empresas podem ajustar características dos contratos para influenciar seus efeitos contábeis (Ball, 2006).

Outro aspecto crítico refere-se aos custos de implementação da norma, que envolvem adaptações em sistemas contábeis, levantamento detalhado de contratos e capacitação de profissionais. Esses custos podem ser particularmente relevantes para empresas de menor porte, levantando questionamentos sobre a relação custo-benefício da adoção da IFRS 16 em determinados contextos (IFRS FOUNDATION, 2016).

No Brasil, a convergência à IFRS 16 ocorreu por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão do CPC 06 (R2), que incorporou os princípios da norma internacional ao contexto nacional. A adoção desse pronunciamento reforça o compromisso do país com a harmonização contábil internacional, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de análises empíricas que avaliem seus efeitos reais sobre a qualidade da informação contábil e a tomada de decisão (CPC, 2017).

Diante desse cenário, observa-se que a IFRS 16 tem sido amplamente investigada pela literatura acadêmica sob diferentes perspectivas, incluindo impactos nos indicadores financeiros, qualidade da informação contábil, nível de evidenciação e comportamento dos usuários das demonstrações financeiras. Essa diversidade de abordagens reforça a necessidade de estudos que sistematizem o conhecimento produzido sobre o tema, justificando a realização de análises do tipo estado da arte, como a proposta neste trabalho.

2.3 Impactos da IFRS 16 na Estrutura Patrimonial e nos Indicadores Financeiros das Empresas

A adoção da IFRS 16 representou uma mudança estrutural na forma de reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento mercantil, especialmente no que se refere à eliminação de práticas associadas ao financiamento fora do balanço patrimonial (off-balance sheet financing). Ao exigir o reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, a norma alterou significativamente a forma como a estrutura patrimonial das empresas é evidenciada, impactando diretamente a análise financeira e a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis (IFRS FOUNDATION, 2016).

Sob a perspectiva teórica, essa mudança está alinhada ao princípio da representação fidedigna, ao reduzir distorções decorrentes da não evidenciação de obrigações contratuais relevantes. No entanto, a simples capitalização dos contratos não garante, por si só, melhoria plena da qualidade da informação contábil, uma vez que os efeitos dependem de fatores como julgamento gerencial, qualidade das estimativas e ambiente institucional (Ball, 2006; Barth; Landsman; Lang, 2008).

Do ponto de vista empírico, diversos estudos têm investigado os impactos da IFRS 16 sobre a estrutura patrimonial das empresas. Pesquisas como as de José Morales-Díaz e Constancio Zamora-Ramírez (2018) indicam que a capitalização dos arrendamentos tende a aumentar significativamente o volume de ativos e passivos registrados, afetando de forma relevante indicadores de alavancagem financeira.

Beattie; Goodacre e Thomson (2006) apontam efeitos relevantes sobre indicadores de desempenho operacional. A substituição das despesas operacionais de arrendamento por depreciação e encargos financeiros tende a elevar o EBITDA, ainda que esse aumento não represente, necessariamente, melhoria econômica real, mas sim uma reclassificação contábil dos fluxos de despesa. Esse aspecto exige cautela por parte dos analistas financeiros, uma vez que pode afetar a comparabilidade intertemporal e entre empresas (Beattie; Goodacre; Thomson, 2006).

No que se refere à rentabilidade, Kieso; Weygandt e Warfield (2018) indicam que métricas como retorno sobre ativos (ROA) podem sofrer redução em função do aumento do ativo total decorrente da capitalização dos contratos de arrendamento. Esse efeito evidencia que mudanças puramente contábeis podem alterar indicadores amplamente utilizados na avaliação de desempenho, sem necessariamente refletir alterações nos fundamentos econômicos das empresas.

Adicionalmente, a IFRS 16 pode influenciar a percepção de risco das empresas por parte de investidores e credores. Conforme argumenta Damodaran (2012), alterações na forma de reconhecimento das obrigações financeiras impactam diretamente indicadores de

alavancagem e solvência, podendo modificar a avaliação de risco e o custo de capital das organizações. Nesse sentido, o aumento do passivo reconhecido pode ser interpretado como maior risco financeiro, ainda que represente apenas uma mudança na evidenciação contábil.

Entretanto, também são destacadas limitações relevantes associadas à aplicação da norma. A mensuração do passivo de arrendamento envolve estimativas relacionadas à taxa de desconto e ao prazo contratual, o que pode introduzir subjetividade e comprometer a comparabilidade entre empresas. A possibilidade de utilização das exceções previstas na norma, como contratos de curto prazo e de baixo valor, pode gerar heterogeneidade na aplicação prática da IFRS 16 (IFRS FOUNDATION, 2016).

Outro aspecto importante refere-se à persistência de incentivos para estruturação contratual. Embora a IFRS 16 tenha reduzido significativamente o espaço para práticas de off-balance sheet, estudos indicam que as empresas ainda podem ajustar características contratuais com o objetivo de influenciar seus efeitos contábeis, o que evidencia que a norma não elimina completamente comportamentos oportunistas (Ball, 2006).

No contexto brasileiro, a adoção do CPC 06 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reforça a convergência às normas internacionais e amplia a transparência das demonstrações financeiras. No entanto, assim como observado em estudos internacionais, os impactos da norma tendem a variar conforme o setor econômico, o nível de governança corporativa e a intensidade de utilização de contratos de arrendamento pelas empresas.

Observa-se que a literatura sobre a IFRS 16 apresenta resultados relevantes, porém ainda dispersos e heterogêneos, abrangendo diferentes enfoques metodológicos e contextos empíricos. Essa diversidade de evidências reforça a necessidade de sistematização do conhecimento produzido, justificando a realização de estudos de revisão do tipo estado da arte, capazes de identificar padrões, lacunas e tendências na produção científica sobre o tema.

Com o objetivo de sintetizar os principais efeitos decorrentes da adoção da IFRS 16 nas demonstrações contábeis das empresas, o Quadro 1 a seguir apresenta uma síntese dos impactos mais discutidos na literatura contábil, especialmente no que se refere às alterações na estrutura patrimonial e nos indicadores econômico-financeiros utilizados na análise do desempenho das organizações.

Quadro 1 – Impactos da IFRS 16 na estrutura patrimonial e nos indicadores financeiros

Aspecto analisado	Situação antes da IFRS 16	Situação após a IFRS 16	Possíveis impactos nos indicadores
Reconhecimento de arrendamentos	Arrendamentos operacionais geralmente não eram registrados no balanço patrimonial	Reconhecimento obrigatório de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.	Aumento do ativo total e do passivo total
Nível de endividamento	Parte das obrigações permanecia fora do balanço patrimonial	Passivos de arrendamento passam a ser reconhecidos	Aumento dos índices de alavancagem e endividamento
Estrutura de capital	Menor evidência das obrigações de longo prazo	Inclusão de passivos de arrendamento na estrutura patrimonial	Alteração da relação entre capital próprio e capital de terceiros
Indicadores de rentabilidade	Despesas de arrendamento reconhecidas como despesas operacionais	Substituição por depreciação do ativo de direito de uso e despesas financeiras	Possíveis mudanças no ROA, EBITDA e margem operacional
Transparência das informações contábeis	Menor visibilidade das obrigações contratuais	Maior evidenciação dos contratos de arrendamento	Melhoria na comparabilidade e análise financeira

Fonte: Adaptado de IFRS Foundation (2016); Kieso, Weygandt e Warfield (2018); CPC (2019).

Conforme apresentado no quadro, a implementação da IFRS 16 provocou mudanças relevantes na forma de reconhecimento e evidenciação dos contratos de arrendamento nas demonstrações contábeis das empresas. A capitalização dessas operações contribuiu para ampliar a transparência das informações financeiras, ao mesmo tempo em que alterou diversos indicadores utilizados na análise do desempenho econômico-financeiro das organizações. Dessa forma, a nova norma passou a oferecer aos usuários das demonstrações contábeis uma visão mais completa da estrutura patrimonial e das obrigações financeiras das empresas, favorecendo processos mais precisos de avaliação, tomada de decisão e análise de risco.

3 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, com objetivo descritivo e exploratório, estruturada a partir de uma análise bibliométrica com abordagem sistematizada da literatura. A escolha dessa estratégia metodológica justifica-se pela necessidade de mapear, organizar e analisar criticamente a produção científica acerca da IFRS 16, especialmente no que se refere aos seus impactos na contabilização das operações de arrendamento mercantil.

A bibliometria consiste em um conjunto de técnicas quantitativas aplicadas à análise da produção científica, permitindo identificar padrões, tendências, lacunas e evolução do conhecimento em determinada área (Kobashi, 2006; Oliveira; Martins; Lima, 2010). No entanto, para garantir rigor metodológico, o presente estudo adotou um protocolo sistemático de coleta e seleção dos dados, inspirado em diretrizes de revisões sistemáticas da literatura.

A coleta dos dados foi realizada por meio da plataforma Google Acadêmico, selecionada por sua ampla cobertura de periódicos científicos, anais de eventos e publicações acadêmicas. Embora não se trate de uma base exclusivamente indexada, sua utilização é justificada pela abrangência e acessibilidade, especialmente no contexto de estudos exploratórios.

Foram definidos como descritores de busca os seguintes termos: “IFRS 16”, “arrendamento mercantil” e “informações contábeis”. As expressões foram inseridas com o uso de aspas, com o objetivo de garantir maior precisão na recuperação dos resultados. As buscas foram realizadas de forma combinada, utilizando operadores booleanos simples (AND), de modo a refinar os resultados obtidos.

Para garantir a consistência e a relevância da amostra analisada, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão dos estudos:

Critérios de inclusão:

- artigos científicos publicados em periódicos ou anais de eventos;
- estudos com foco na IFRS 16 ou no CPC 06 (R2);
- publicações no período de 2020 a 2025;
- textos disponíveis na íntegra;
- publicações em língua portuguesa.

Critérios de exclusão:

- trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses;
- duplicidade de registros;
- estudos que não abordassem diretamente os impactos contábeis da IFRS 16;
- publicações exclusivamente em língua estrangeira.

3.1 Procedimento de seleção dos estudos

O processo de seleção dos artigos foi realizado em etapas, visando garantir maior rigor e reprodutibilidade:

1. Identificação: levantamento inicial dos estudos a partir dos descritores definidos;
2. Triagem: leitura dos títulos e resumos para exclusão de trabalhos não aderentes ao tema;
3. Elegibilidade: leitura dos textos completos dos estudos selecionados;
4. Inclusão: definição final da amostra com base nos critérios estabelecidos.

Ao final desse processo, foram selecionados 41 artigos científicos, os quais compuseram a base de análise deste estudo.

3.2 Técnicas de análise bibliométrica

A análise dos dados foi realizada por meio de técnicas bibliométricas descritivas, contemplando:

- distribuição das publicações por ano;
- identificação dos autores mais recorrentes;
- classificação temática dos estudos;
- análise dos objetivos e principais resultados das pesquisas.

Adicionalmente, os estudos foram organizados em quadros analíticos contendo informações como autores, ano de publicação, objetivo e principais achados, permitindo a sistematização e comparação dos resultados encontrados na literatura. Embora o estudo não utilize técnicas avançadas de bibliometria, como análise de redes de coautoria ou cocitação, a aplicação de indicadores descritivos possibilita a identificação de padrões relevantes na produção científica sobre a temática investigada.

3.3 Limitações metodológicas

Destaca-se que a utilização exclusiva do *Google Acadêmico* como base de dados pode limitar a abrangência da amostra, uma vez que não contempla critérios rigorosos de indexação como bases especializadas (Scopus, Web of Science). Além disso, a restrição a publicações em língua portuguesa pode reduzir a representatividade internacional dos resultados. Apesar dessas limitações, os procedimentos adotados garantem transparência, sistematização e reprodutibilidade ao processo de coleta e análise dos dados, contribuindo para a consistência dos achados apresentados.

4 Apresentação dos Resultados

A partir da aplicação dos critérios metodológicos definidos na pesquisa, foram inicialmente identificados diversos estudos na base de dados selecionada. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, que consideraram apenas artigos científicos publicados em português entre os anos de 2020 e 2025, disponíveis integralmente e relacionados à temática da IFRS 16, foram selecionados 41 artigos científicos, os quais compuseram a amostra final analisada neste estudo.

A delimitação temporal adotada buscou concentrar a análise em pesquisas publicadas após a entrada em vigor obrigatória da norma, período em que a literatura científica passou a discutir de forma mais consistente os efeitos práticos de sua implementação nas demonstrações contábeis das empresas.

Observou-se que o ano de 2020 apresentou o maior volume de publicações, com aproximadamente 13 estudos identificados na amostra analisada. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que, logo após a implementação obrigatória da norma, diversos pesquisadores passaram a investigar seus efeitos iniciais nas demonstrações contábeis e nos indicadores financeiros das empresas. Nos anos seguintes, verificou-se relativa estabilidade na quantidade de publicações, com destaque para os anos de 2021 e 2023, que também apresentaram quantidade significativa de estudos sobre o tema.

Em relação à autoria das pesquisas identificadas, verificou-se que a produção científica se encontra relativamente dispersa entre diferentes pesquisadores da área contábil. Entre os autores que aparecem com maior frequência na literatura analisada destacam-se Eduardo Bona Safe de Matos, Fernando Dal-Ri Murcia e Carlos Henrique Silva do Carmo, que participam de diversos estudos relacionados à adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil.

Além desses autores, pesquisadores como Jorge Katsumi Niyama e Fernando de Almeida Santos também aparecem em publicações que discutem os impactos da convergência contábil internacional e das normas IFRS no contexto brasileiro. Considerando o conjunto de autores identificados nos 41 artigos analisados, observa-se que a produção científica sobre a IFRS 16 envolve um número expressivo de pesquisadores, totalizando aproximadamente 134 autores diferentes na amostra estudada.

No entanto, apenas um pequeno grupo de autores aparece em mais de uma publicação, o que indica que as pesquisas sobre essa temática ainda se apresentam de forma relativamente pontual e distribuída entre diferentes grupos de pesquisa, não havendo ainda uma concentração significativa de especialistas dedicados exclusivamente ao estudo da norma de arrendamentos.

No que se refere aos temas abordados nas pesquisas analisadas, verificou-se uma forte concentração de estudos voltados à análise dos impactos da IFRS 16 sobre indicadores econômico-financeiros das empresas. Aproximadamente 21 artigos da amostra (cerca de 54%) investigaram alterações em indicadores financeiros decorrentes da adoção da norma, como níveis de endividamento, retorno sobre ativos, margem operacional e indicadores de liquidez.

Esse resultado é coerente com as mudanças estruturais introduzidas pela IFRS 16, que passou a exigir o reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial das entidades arrendatárias.

Diversos estudos nacionais evidenciam que a adoção da norma provocou alterações relevantes na estrutura patrimonial e nos indicadores financeiros das empresas brasileiras. Pesquisas como as de Silva e Carmo (2020) e Matos e Murcia (2021) demonstram que a capitalização dos contratos de arrendamento aumentou significativamente o volume de ativos e passivos registrados no balanço patrimonial das empresas analisadas. Como consequência, indicadores relacionados ao nível de endividamento e à estrutura de capital passaram a apresentar variações após a adoção da norma, evidenciando a importância da IFRS 16 para a análise financeira das organizações.

Outro grupo relevante de estudos identificados na literatura analisada concentrou-se na análise do nível de evidenciação (*disclosure*) das operações de arrendamento nas demonstrações contábeis das empresas. Aproximadamente 8 artigos da amostra (cerca de 20%) investigaram a forma como as organizações passaram a divulgar informações relacionadas aos contratos de arrendamento após a implementação do CPC 06 (R2), norma brasileira convergente à IFRS 16.

Estudos como os de Souza, Niyama e Silva (2021) e Oliveira e Santos (2022) indicam que a adoção da norma ampliou o nível de transparência das informações divulgadas pelas empresas, principalmente nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Além das abordagens voltadas aos indicadores financeiros e à evidenciação contábil, alguns estudos

investigaram aspectos relacionados à qualidade da informação contábil, analisando atributos como relevância, conservadorismo e gerenciamento de resultados.

Pesquisas como as de Santos, Lima e Ferreira (2021) apontam que a adoção da IFRS 16 contribuiu para aumentar a representatividade das informações contábeis, uma vez que obrigações anteriormente classificadas como arrendamentos operacionais passaram a ser reconhecidas no balanço patrimonial das empresas. Também foram identificados estudos voltados à análise setorial dos impactos da norma, especialmente em setores que tradicionalmente utilizam grande volume de contratos de arrendamento, como transporte aéreo, varejo e telecomunicações.

Pesquisas realizadas por Costa, Ribeiro e Martins (2022) demonstram que empresas desses setores apresentaram alterações significativas em indicadores de alavancagem financeira após a adoção da IFRS 16, reforçando a relevância da norma para a análise do desempenho econômico e financeiro das organizações.

Outro aspecto identificado na literatura refere-se aos desafios enfrentados pelas empresas e profissionais contábeis no processo de implementação da nova norma. Estudos como o de Almeida e Rodrigues (2023) destacam que a aplicação da IFRS 16 exigiu mudanças nos sistemas contábeis, maior controle sobre contratos de arrendamento e capacitação técnica dos profissionais responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

De forma geral, os resultados da análise bibliométrica indicam que a literatura científica recente tem concentrado esforços na investigação dos impactos da IFRS 16 sobre a estrutura patrimonial, os indicadores financeiros e o nível de transparência das informações contábeis divulgadas pelas empresas.

O Quadro 2 a seguir apresenta a classificação temática. Observa-se que a maior parte das pesquisas se concentra na análise dos impactos da adoção da IFRS 16 sobre indicadores econômico-financeiros das empresas. Esse predomínio não é aleatório, mas reflete a própria natureza da mudança introduzida pela norma, que altera diretamente a estrutura patrimonial das entidades ao exigir o reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

Quadro 2 – Classificação temática dos estudos analisados (2020–2025)

Classificação temática	Quantidade de artigos	Percentual aproximado
Impactos da IFRS 16 em indicadores econômico-financeiros	21	54%
Evidenciação contábil (disclosure) dos arrendamentos	8	20%
Qualidade da informação contábil (gerenciamento de resultados, conservadorismo, relevância)	4	10%
Análises setoriais (varejo, transporte aéreo, telecomunicações etc.)	4	10%
Implementação da norma e desafios profissionais	2	5%
Outros temas específicos (estrutura patrimonial, revisões conceituais)	2	5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nesse sentido, a literatura demonstra forte aderência a abordagens quantitativas voltadas à mensuração dos efeitos da norma sobre indicadores como endividamento, retorno sobre ativos e alavancagem financeira. Tal direcionamento pode ser explicado pelo fato de que esses indicadores são amplamente utilizados por investidores, analistas e credores na avaliação do desempenho e do risco das empresas, tornando-se, portanto, variáveis sensíveis às alterações promovidas pela IFRS 16.

Entretanto, essa concentração temática também evidencia uma limitação relevante da produção científica: a predominância de estudos voltados à mensuração de efeitos contábeis imediatos, em detrimento de abordagens mais amplas e críticas. Observa-se uma menor incidência de pesquisas que investiguem aspectos como julgamento profissional, qualidade das estimativas contábeis, impactos na tomada de decisão dos usuários ou efeitos comportamentais decorrentes da nova norma, o que revela lacunas importantes na literatura.

Além disso, a ênfase nos indicadores econômico-financeiros sugere que a literatura ainda se encontra em uma fase inicial de consolidação, priorizando a verificação dos efeitos diretos da norma sobre as demonstrações contábeis. Esse comportamento é consistente com o ciclo de desenvolvimento de pesquisas em contabilidade, no qual mudanças normativas recentes tendem a gerar, inicialmente, estudos focados na mensuração de impactos antes do avanço para análises mais teóricas e interpretativas.

Por outro lado, a presença, ainda que minoritária, de estudos voltados à evidenciação (disclosure), qualidade da informação contábil e desafios de implementação indica um movimento gradual de diversificação temática. Esses estudos contribuem para ampliar a compreensão dos efeitos da IFRS 16 para além dos números, incorporando dimensões relacionadas à transparência, governança e utilidade da informação contábil.

Dessa forma, os achados evidenciam que, embora a literatura tenha avançado significativamente na análise dos impactos quantitativos da IFRS 16, ainda há espaço para o desenvolvimento de pesquisas que explorem dimensões qualitativas e institucionais, especialmente no que se refere à efetiva melhoria da qualidade da informação contábil e à percepção dos usuários das demonstrações financeiras.

O Quadro 3 demonstra a análise da distribuição das publicações entre 2020 a 2025. Evidencia-se que o ano de 2020 concentrou o maior volume de estudos sobre a IFRS 16, resultado que pode ser interpretado como uma resposta direta da comunidade acadêmica à entrada em vigor obrigatória da norma em 2019. Esse comportamento é consistente com o padrão observado em mudanças regulatórias relevantes na contabilidade, nas quais há um aumento imediato de interesse científico voltado à mensuração dos impactos iniciais da nova norma.

Quadro 3 – Distribuição das publicações por ano

Ano	Quantidade de artigos	Percentual aproximado
2020	13	31,7%
2021	8	19,5%
2022	6	14,6%
2023	7	17,1%
2024	5	12,2%
2025	2	4,9%
Total	41	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Esse número de publicações em 2020 sugere que os pesquisadores priorizaram, em um primeiro momento, a investigação dos efeitos diretos da IFRS 16 sobre as demonstrações contábeis, especialmente no que se refere ao reconhecimento de ativos e passivos de arrendamento e suas implicações nos indicadores econômico-financeiros. Trata-se, portanto, de uma fase inicial da literatura caracterizada por estudos de natureza mais aplicada e mensurável.

Nos anos subsequentes, observa-se uma redução relativa no volume de publicações, acompanhada de maior estabilidade na produção científica. Essa tendência pode ser interpretada sob duas perspectivas complementares. Por um lado, indica uma possível

saturação dos estudos voltados aos impactos imediatos da norma; por outro, sugere uma transição para investigações mais específicas e aprofundadas, direcionadas a contextos particulares, como análises setoriais, qualidade da informação contábil e práticas de evidenciação.

A diminuição no número de publicações ao longo do tempo pode refletir a própria consolidação do entendimento técnico da norma no meio acadêmico e profissional. À medida que os efeitos mais evidentes da IFRS 16 se tornam conhecidos, a produção científica tende a migrar de análises descritivas para abordagens mais críticas e especializadas, o que exige maior maturidade teórica e metodológica.

Outro aspecto relevante é que essa distribuição temporal revela uma lacuna importante na literatura recente: a ainda limitada quantidade de estudos de longo prazo. Considerando que a IFRS 16 produz efeitos que podem se manifestar de forma mais consistente ao longo do tempo, especialmente em contratos de longa duração, a ausência de pesquisas longitudinais indica uma oportunidade relevante para futuras investigações.

Dessa forma, a evolução das publicações ao longo do período analisado não apenas evidencia o comportamento da produção científica diante de uma mudança normativa significativa, mas também permite identificar o estágio de desenvolvimento da literatura sobre o tema. Os achados indicam que a pesquisa sobre a IFRS 16 já superou a fase inicial de mensuração de impactos imediatos, mas ainda carece de estudos mais aprofundados que explorem efeitos estruturais, comportamentais e de longo prazo.

O Quadro 4 apresenta os principais periódicos e eventos acadêmicos responsáveis pela publicação dos estudos selecionados. Essa etapa permite identificar os canais de maior relevância na difusão das pesquisas sobre a IFRS 16, bem como avaliar o grau de consolidação do tema nos principais veículos científicos da área contábil.

Quadro 4 – Principais periódicos/eventos onde os artigos foram publicados

Periódico / Evento Científico	Quantidade de artigos
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	8
Congresso ANPCONT	7
Revista Contabilidade & Finanças	6
Revista Universo Contábil	5
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)	4
Congresso Brasileiro de Custos	3
Revista Catarinense da Ciência Contábil	3
Outros periódicos e eventos	5
Total	41

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A análise dos veículos de publicação evidencia que uma parcela significativa dos estudos sobre a IFRS 16 foi inicialmente divulgada em eventos científicos da área contábil, especialmente congressos nacionais de reconhecida relevância acadêmica. Esse resultado não apenas confirma o papel dos congressos como espaços de difusão preliminar do conhecimento, mas também indica que a produção científica sobre o tema ainda se encontra, em parte, em fase de consolidação.

De modo geral, eventos científicos funcionam como ambientes de validação inicial das pesquisas, permitindo o debate entre pesquisadores e o aprimoramento metodológico dos estudos antes de sua submissão a periódicos. Nesse sentido, a predominância de trabalhos apresentados em congressos sugere que uma parcela relevante da literatura sobre a IFRS 16 ainda está em estágio de desenvolvimento, o que pode impactar o nível de maturidade teórica e metodológica das pesquisas disponíveis.

Por outro lado, observa-se também a presença de artigos publicados em periódicos científicos especializados em contabilidade, o que indica um avanço gradual na consolidação do tema na literatura acadêmica. A publicação em periódicos, especialmente aqueles com avaliação por pares, tende a refletir maior rigor metodológico e aprofundamento analítico, contribuindo para a qualidade e credibilidade das evidências produzidas.

Entretanto, a dispersão dos estudos entre diferentes periódicos e eventos sugere que a temática ainda não se encontra concentrada em núcleos específicos de pesquisa ou em revistas de referência consolidadas. Esse padrão pode ser interpretado como um indicativo de que o campo de estudos sobre a IFRS 16 ainda está em processo de estruturação, sem a presença de um eixo central de produção científica claramente definido.

A predominância de publicações em veículos nacionais reforça o caráter ainda incipiente da inserção internacional das pesquisas analisadas, especialmente considerando que a IFRS 16 é uma norma de alcance global. Esse aspecto evidencia uma lacuna relevante, indicando a necessidade de maior integração da produção científica brasileira com o debate internacional sobre o tema.

Outro ponto relevante refere-se à natureza dos estudos publicados. A análise dos veículos sugere que muitos trabalhos possuem caráter aplicado e voltado à realidade de empresas brasileiras, o que contribui para a compreensão dos impactos da norma no contexto nacional, mas também pode limitar a generalização dos resultados para outros ambientes institucionais.

Dessa forma, os achados indicam que, embora a temática da IFRS 16 tenha ganhado espaço significativo na produção científica recente, ainda há desafios relacionados à consolidação teórica, ao aprofundamento metodológico e à internacionalização das pesquisas.

O fortalecimento desses aspectos tende a contribuir para o amadurecimento do campo e para o avanço da agenda de pesquisa sobre arrendamentos no contexto das normas internacionais de contabilidade.

Além da análise dos veículos de publicação, torna-se fundamental compreender os procedimentos metodológicos adotados nos estudos selecionados (Quadro 5), uma vez que esses elementos refletem o nível de rigor científico das pesquisas e influenciam diretamente a qualidade das evidências produzidas.

A análise das metodologias utilizadas permite identificar padrões investigativos, bem como possíveis limitações e oportunidades para o desenvolvimento de abordagens mais robustas na literatura sobre a IFRS 16.

Quadro 5 – Metodologias utilizadas nos estudos analisados

Metodologia utilizada	Quantidade de artigos	Percentual aproximado
Pesquisa quantitativa (análise de indicadores financeiros e regressões estatísticas)	18	43,9%
Pesquisa documental (análise de demonstrações contábeis e relatórios financeiros)	10	24,4%
Estudos de caso	5	12,2%
Revisões de literatura	4	9,8%
Abordagens mistas (quantitativa e qualitativa)	4	9,8%
Total	41	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise das metodologias utilizadas nos estudos selecionados evidencia a predominância de pesquisas quantitativas, representando aproximadamente 43,9% da amostra. Esse resultado está diretamente relacionado à natureza dos fenômenos investigados, uma vez

que a adoção da IFRS 16 produz efeitos mensuráveis nas demonstrações contábeis, especialmente sobre ativos, passivos e indicadores econômico-financeiros. Nesse contexto, o uso de técnicas estatísticas e modelos econométricos permite aos pesquisadores avaliar, de forma objetiva, as variações decorrentes da implementação da norma.

Entretanto, essa predominância também revela uma característica importante da literatura: a forte orientação para a mensuração de impactos contábeis imediatos, em detrimento de abordagens mais interpretativas ou críticas. Embora os estudos quantitativos contribuam significativamente para a identificação de padrões e tendências, eles podem apresentar limitações na compreensão de aspectos subjetivos e institucionais envolvidos na aplicação da norma, como julgamento profissional, qualidade das estimativas e processos decisórios internos das organizações.

Observa-se também uma participação relevante de pesquisas documentais, que utilizam informações extraídas diretamente das demonstrações financeiras e notas explicativas das empresas. Esse tipo de abordagem é particularmente adequado para o estudo da IFRS 16, uma vez que permite analisar de forma direta os efeitos da norma sobre a evidenciação contábil. No entanto, assim como as pesquisas quantitativas, os estudos documentais tendem a focar nos resultados observáveis, podendo limitar a análise de fatores contextuais e comportamentais.

Os estudos de caso, embora em menor número, desempenham papel importante ao proporcionar análises mais aprofundadas sobre o processo de implementação da norma em contextos específicos. Essas pesquisas permitem compreender desafios operacionais, dificuldades na aplicação prática e adaptações realizadas pelas empresas, contribuindo para uma visão mais qualitativa e detalhada dos efeitos da IFRS 16. Ainda assim, sua baixa incidência indica uma lacuna relevante na literatura, especialmente no que se refere à compreensão dos processos internos e das decisões gerenciais associadas à adoção da norma.

As revisões de literatura e os estudos com abordagem metodológica mista também aparecem na amostra, evidenciando esforços de sistematização do conhecimento e integração de diferentes perspectivas analíticas. No entanto, sua participação ainda é reduzida, o que sugere que a literatura carece de estudos mais abrangentes que combinem análise quantitativa e qualitativa, possibilitando uma compreensão mais completa dos impactos da norma.

De modo geral, os resultados indicam que, embora exista diversidade metodológica na produção científica sobre a IFRS 16, há uma concentração significativa em abordagens quantitativas e documentais. Esse padrão reflete uma fase ainda em consolidação da literatura, na qual predominam estudos voltados à mensuração dos efeitos diretos da norma. Dessa forma, identifica-se uma oportunidade relevante para o avanço da pesquisa na área, especialmente por meio da ampliação do uso de metodologias qualitativas, estudos longitudinais e abordagens mistas.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o estado da arte das pesquisas científicas relacionadas aos impactos da adoção da IFRS 16 na contabilização das operações de arrendamento mercantil, a partir de uma abordagem bibliométrica. Para tanto, foram examinados artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, permitindo identificar as principais tendências de pesquisa, metodologias empregadas e temas mais investigados na literatura contábil recente.

A análise realizada demonstrou que a produção científica sobre a IFRS 16 tem apresentado crescimento significativo desde a sua implementação obrigatória em 2019. Esse aumento no número de pesquisas pode ser explicado pelo interesse da comunidade acadêmica e profissional em compreender os efeitos das mudanças introduzidas pela norma,

especialmente no que se refere ao reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento nas demonstrações contábeis das empresas. Os resultados evidenciaram que a maior parte das pesquisas se concentra na análise dos impactos da norma sobre indicadores econômico-financeiros das organizações. Essa predominância é coerente com as alterações estruturais provocadas pela IFRS 16, que modificou significativamente a forma de contabilização dos contratos de arrendamento, influenciando indicadores como endividamento, rentabilidade, estrutura de capital e liquidez das empresas.

Além da análise dos indicadores financeiros, outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se à ampliação do nível de evidenciação das informações contábeis relacionadas às operações de arrendamento. A literatura analisada aponta que a nova norma contribuiu para aumentar a transparência das demonstrações financeiras, uma vez que obrigações anteriormente classificadas como arrendamentos operacionais passaram a ser reconhecidas no balanço patrimonial das entidades. Outro ponto observado na análise bibliométrica foi a diversidade de abordagens metodológicas utilizadas pelos pesquisadores. Embora haja predominância de estudos quantitativos, especialmente aqueles baseados na análise de indicadores financeiros e técnicas estatísticas, também foram identificadas pesquisas documentais, estudos de caso e revisões de literatura. Essa diversidade metodológica demonstra que o tema vem sendo investigado sob diferentes perspectivas analíticas.

Os resultados também indicaram que a produção científica sobre a IFRS 16 se encontra relativamente dispersa entre diferentes pesquisadores e instituições acadêmicas. Embora alguns autores apresentem maior recorrência nas publicações, observa-se que ainda não há uma concentração expressiva de especialistas dedicados exclusivamente ao estudo da norma de arrendamentos, o que evidencia oportunidades para o desenvolvimento de novas pesquisas nessa área.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à diversidade de veículos de divulgação científica nos quais os estudos foram publicados. A presença significativa de artigos apresentados em congressos acadêmicos da área contábil demonstra a importância desses eventos como espaços de debate e disseminação de pesquisas recentes, contribuindo para o avanço do conhecimento científico na área. A análise também evidenciou que alguns setores econômicos, especialmente aqueles que tradicionalmente utilizam grande volume de contratos de arrendamento, como varejo, transporte e telecomunicações, têm sido frequentemente investigados nas pesquisas analisadas. Isso ocorre porque a adoção da IFRS 16 tende a produzir impactos mais expressivos em empresas desses segmentos, alterando significativamente sua estrutura patrimonial e indicadores financeiros.

Diante desses resultados, conclui-se que a adoção da IFRS 16 representa um marco importante no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, contribuindo para o fortalecimento da transparência e da comparabilidade das informações contábeis em nível global. A nova forma de reconhecimento dos contratos de arrendamento tem proporcionado maior visibilidade às obrigações financeiras das empresas, permitindo análises mais precisas por parte de investidores, gestores e demais usuários das demonstrações contábeis. Por fim, destaca-se que este estudo apresenta algumas limitações, especialmente em relação à base de dados utilizada e ao recorte temporal definido para a análise. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo da investigação, incluindo outras bases de dados científicas, estudos internacionais e períodos mais extensos de análise.

Referências

ALMEIDA, José Elias Feres de; RODRIGUES, Adriano. Desafios da implementação da IFRS 16 nas empresas brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 45–62, 2023.

BALL, Ray. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, London, v. 36, sup. 1, p. 5–27, 2006.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, Chicago, v. 46, n. 3, p. 467–498, 2008.

BEATTIE, Vivien; GOODACRE, Alan; THOMSON, Sarah J. International lease-accounting reform and economic consequences: the views of UK users and preparers. *The International Journal of Accounting*, v. 41, n. 1, p. 75–103, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2017. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 16 mar. 2026.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília: CPC, 2019. Disponível em: <https://www.cpc.org.br>. Acesso em: 16 mar. 2026.

CORRÊA, R. et al. Impactos da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil e nos investimentos estrangeiros no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 30, n. 79, p. 52-67, 2019.

COSTA, Mariana Ribeiro; RIBEIRO, Lucas Ferreira; MARTINS, Vinícius Gomes. Impactos da IFRS 16 nos indicadores financeiros de empresas brasileiras do setor de transporte e varejo. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 18, n. 2, p. 89–108, 2022.

DAMODARAN, Aswath. *Investment valuation: tools and techniques for determining the value of any asset*. 3. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.

FITZGERALD, Brian et al. The impact of IFRS 16 on financial statements and key ratios: evidence from European companies. *Accounting in Europe*, v. 16, n. 2, p. 1–22, 2019.

GIBSON, Charles H. *Financial reporting and analysis: using financial accounting information*. 13. ed. Mason: South-Western Cengage Learning, 2013.

IMHOFF JUNIOR, Eugene A.; LIPPMAN, Robert A.; WRIGHT, David W. Operating leases: impact of constructive capitalization. *Accounting Horizons*, Sarasota, v. 5, n. 1, p. 51–63, 1991.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. IFRS 16 – Leases. Londres: IFRS Foundation, 2016. Disponível em: <https://www.ifrs.org>. Acesso em: 16 mar. 2026.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Conceptual Framework for Financial Reporting*. London: IFRS Foundation, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades*. São Paulo: Atlas, 2020.

IFRS FOUNDATION. *Who we are and what we do*. London: IFRS Foundation, 2022. Disponível em: <https://www.ifrs.org>. Acesso em: 16 mar. 2026.

KOBASHI, N. *Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses*. ECA-USP, SP, 2006

KIESO, Donald E.; WEYGANDT, Jerry J.; WARFIELD, Terry D. *Intermediate accounting*. 16. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2018.

KPMG. IFRS 16 – Arrendamentos: impactos da nova norma contábil. São Paulo: KPMG Brasil, 2022. Disponível em: <https://home.kpmg/br>. Acesso em: 16 mar. 2026.

MAJEWSKI, M.; SILVA, A.; LOPES, A. Efeitos da adoção das normas internacionais de contabilidade na confiança dos investidores no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 215-232, 2020.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MATOS, Eduardo Bona Safe de; MURCIA, Fernando Dal-Ri. Efeitos da adoção da IFRS 16 sobre os indicadores econômico-financeiros das companhias abertas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 32, n. 86, p. 412–428, 2021.

MORALES-DÍAZ, José; ZAMORA-RAMÍREZ, Constançio. The impact of IFRS 16 on key financial ratios: a new methodological approach. *Accounting in Europe*, v. 15, n. 1, p. 105–133, 2018.

NIYAMA, Jorge Katsumi; ALMEIDA, José Elias Feres de. *Contabilidade internacional*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Teoria da contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo de; SANTOS, Fernando de Almeida. Nível de disclosure de arrendamentos nas empresas brasileiras após a adoção da IFRS 16. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 18, n. 3, p. 55–73, 2022.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de; MARTINS, Eduardo Ferraz; LIMA, Gilson Brito Alves. Evolução do conceito de sustentabilidade: um ensaio bibliométrico. *Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção* V. 10 n. 04. Versão recebida em 11/03/2010 - Publicado em 28/04/2010.

SANTIAGO, Wagner de Paulo. *A adoção das IFRS e seus efeitos sobre o risco e o retorno das empresas brasileiras*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SANTOS, João Paulo dos; LIMA, Rafael Borges; FERREIRA, Carlos Alberto. Adoção da IFRS 16 e qualidade da informação contábil nas empresas brasileiras. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 20, e3187, 2021.

SILVA, Rodrigo Fernandes da; CARMO, Carlos Henrique Silva do. Impactos da IFRS 16 na estrutura de capital das empresas brasileiras listadas na B3. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 20., 2020, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2020.

SILVA FILHO, J. C.; LIMA, G. A. S. F.; FREITAS, S. C. A influência da adoção das IFRS na participação de investidores estrangeiros em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 16, n. 1, p. 87-105, 2020.

SILVA, Adilson de Oliveira; NARDI, Paulo Cesar Ciampaglia. Adoção das IFRS no Brasil e seus efeitos na qualidade da informação contábil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 259–275, 2018.

SOUZA, Marcelo de; NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, André Luiz. Evidenciação contábil de arrendamentos após a adoção do CPC 06 (R2). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 15, n. 3, p. 367–385, 2021.

ZEFF, Stephen A. The evolution of the IASC into the IASB, and the challenges it faces. *The Accounting Review*, v. 87, n. 3, p. 807–837, 2012.